

2 Fundamentação teórica

2.1 O arcabouço gerativista

O presente estudo toma como referência a Linguística Gerativista, particularmente, a concepção de língua veiculada no Programa Minimalista. Grande parte dos estudos em aquisição da linguagem⁶ que aborda *pessoa* e, de forma mais ampla, propriedades do sistema pronominal remetem, não obstante, a momentos anteriores da teoria. Assim sendo, consideramos necessário prover uma visão mais ampla do arcabouço teórico aqui assumido, no que concerne à teoria linguística.

O paradigma teórico gerativista tomou forma na década de 1950, a partir da proposta de se prover um modelo formal de língua, ou seja, um algoritmo gerador de sentenças - uma gramática gerativa -, a partir do qual a forma das sentenças da língua poderia ser prevista⁷. Chomsky (1957, 1965) viria situar essa proposta no contexto das *Ciências Cognitivas*⁸, ao tomar o modelo formal de língua como representação teórica do conhecimento da língua necessário à produção e à compreensão de enunciados linguísticos por parte de um falante nativo.

O fato de toda criança normal adquirir uma língua materna em um curto período de tempo, sem esforço aparente e sem uma aprendizagem explícita levou à hipótese norteadora da pesquisa gerativista, de que a criança é geneticamente disposta a adquirir ou desenvolver sistemas linguísticos com as propriedades que caracterizam as línguas naturais, o que lhe permite aceitar certas relações estruturais como possíveis na língua em aquisição e a descartar outras, em princípio, também possíveis, caso não houvesse restrições. Essas restrições foram concebidas em termos de uma Gramática Universal - GU⁹, e a teoria linguística tomou como objetivo formalizar tais restrições. Estas

⁶ *Aquisição* refere-se à incorporação de conhecimento mediante exposição do indivíduo a um dado tipo de experiência e pressupõe capacidades perceptuais, analíticas e representacionais básicas. Seu uso tende a estar associado a um processo de natureza compulsória que segue um curso próprio, com alto grau de semelhança entre indivíduos, e não supõe a ação deliberada de terceiros para sua consecução. O processo seria deflagrado em função de fatores externos, mas o conhecimento resultante seria função não apenas desses fatores como também da configuração biológica da espécie. (Corrêa, 2006)

⁷ Para uma caracterização histórica, ver Corrêa (2006b) e referências ali contidas.

⁸ Ciências Cognitivas, grosso modo, preocupam-se em descrever e explicar as capacidades da mente humana incorporando o conceito de computação. O Gerativismo é uma corrente da Linguística que se inclui no conjunto das ciências cognitivas.

⁹ Gramática Universal - teoria das propriedades da forma das gramáticas das línguas naturais e/ou dos princípios que regem a constituição das mesmas, concebida como um modelo formal do estado inicial da aquisição da linguagem entendido como um programa biológico específico da espécie humana que garante a criação/aquisição de línguas naturais. (cf. Corrêa, 2006)

passaram a ser concebidas como Princípios Universais e parâmetros de variação com valores pré-especificados (Chomsky, 1981 e trabalhos posteriores). A chamada teoria dos Princípios e Parâmetros chamou atenção para as propriedades específicas de cada língua manifestas na morfologia e, com isso, trabalhos sobre a aquisição da linguagem normal e comprometida ganham um novo encaminhamento. O PM mantém a concepção de Princípios e Parâmetros, buscando, no entanto, uma explicação para sua natureza nas relações de interface entre a língua e sistemas de desempenho.

2.1.1

A concepção de Princípios e Parâmetros da Gramática Universal

A teoria de Princípios e Parâmetros (P&P) busca caracterizar em termos formais, as restrições, de base biológica, assumidas como universais graças às quais seres humanos adquirem uma gramática particular em um dado ambiente. Articula-se em dois tipos de entidades abstratas: os *princípios* de gramática universal, que visam a explicar as propriedades atestadas nas gramáticas de todas as línguas naturais; e os *parâmetros*, que são as opções de escolha, geralmente binárias, cujo valor particular deve ser fixado conforme cada língua. Os parâmetros universais definem, portanto, o espaço limitado da variação possível, sendo responsável pelas diferenças entre as línguas. Assume-se, então, que a espécie humana é dotada de uma Faculdade da Linguagem, cujo estado inicial é definido como uma GU, lugar das propriedades invariantes que caracterizam as línguas naturais. Uma Teoria da Aquisição da Linguagem deverá explicitar de que modo uma criança parte de um estado inicial¹⁰ e, usando a experiência lingüística, chega a um estado estável¹¹ do conhecimento lingüístico identificado como uma gramática específica de uma dada língua (língua-I), utilizada pelos falantes adultos. A teoria gerativista propõe, conforme aponta Kato (2001), que *o estado inicial já deve restringir o que é invariante nas línguas naturais, e, ainda, restringir as opções abertas para serem definidas pela experiência, isto é, pela variação lingüística que a criança vai encontrar. Os princípios formulam as propriedades invariantes da língua e os parâmetros, as opções abertas.*

¹⁰ Estado inicial da Faculdade da Linguagem – princípios universais + parâmetros com valores inicialmente não fixados.

¹¹ Estado estável (adulto) da Faculdade da linguagem – gramática particular de uma língua, com os valores dos parâmetros fixados.

Com o avanço da teoria gerativa, o conceito de parâmetro vem sendo depurado. Inicialmente, os parâmetros foram concebidos tanto no contexto da teoria da estrutura frasal, quanto no léxico, mas, hoje, a tendência é atribuir a variação paramétrica a propriedades de elementos do léxico, mais especificamente a propriedades de elementos de categorias funcionais¹². A abordagem paramétrica permite exprimir os pontos de divergência entre as gramáticas de diferentes línguas, sublinhando ao mesmo tempo sua uniformidade subjacente. Certas opções paramétricas são fixadas muito precocemente, enquanto outras tomam um tempo relativamente mais longo. Segundo Kato (2002), o que se tem observado é que *enquanto a arquitetura da gramática é invariante em seus aspectos abstratos, a diversidade morfofonológica, que faz o estofa da língua, apresenta uma incrível riqueza aparente, desvendada a cada dia pela teoria como uma função de um número limitado e previsível de parâmetros*.

Com o Programa Minimalista, essa concepção é reforçada. Chomsky (1995) assume que a noção de traços é fundamental para as derivações das expressões lingüísticas, bem como para especificação da língua. Desta maneira, a criança tem como tarefa identificar o valor paramétrico selecionado pela gramática da língua-alvo, a partir dos dados de entrada (enunciados que ouve).

Passaremos a seguir a apontar as concepções adotadas no modelo do Programa Minimalista, desenvolvido a partir da década de 90. Para tanto passaremos a caracterizar o modelo de língua concebido e os mecanismos computacionais assumidos, mais especificamente na versão de 1999.

2.1.2

A concepção de língua no Programa Minimalista

Recentemente, Chomsky (*in* Hauser, Chomsky & Fitch 2002) tem se referido ao sistema computacional da língua como FLN (*Faculty of Language in the narrow sense*) e ao conjunto deste com os sistemas cognitivos com os quais FLN faz interface como FLB (*Faculty of Language in the broad sense*). O sistema computacional é o conjunto

¹² Categorias funcionais são classes fechadas, cujos elementos são feixes de traços predominantemente formais. Seus traços semânticos não atuam no estabelecimento de relações temáticas, mas veiculam informação pertinente à referência ou à força ilocucionária da oração; e caracterizam-se por prover posições estruturais relevantes para o comportamento sintático de categorias lexicais. As categorias funcionais são D (determinante), T (tempo) e C (complementizador), que delimitam os domínios nominal, verbal e oracional, respectivamente. Os núcleos funcionais são projetados em camadas mais altas. Desta forma, DP, TP e CP constituem projeções máximas dos núcleos D, T e C respectivamente. (Cf. Corrêa, 2006)

de operações sintáticas por que passam os dados de uma Numeração¹³ e os sistemas cognitivos com os quais a língua interage são o sistema articulatório-perceptual ou sensorio-motor, e o sistema conceitual-intencional ou sistema de pensamento. A premissa é que uma língua L forneça informações de determinado tipo aos sistemas cognitivos por meio de níveis de representação lingüística, os níveis de interface. O nível de representação lingüística que faz interface com o sistema articulatório-perceptual é PF (*Phonetic Form*), ou seja, é responsável pela interface fonética. O nível de representação lingüística que faz interface com o sistema conceitual-intencional é LF (*Logical Form*), isto é, é responsável pelo estabelecimento da interface semântica. De acordo como o *Princípio da Interpretabilidade Plena* (princípio subjacente ao que se apresenta, em termos lingüísticos como princípios da GU)¹⁴, toda informação disponibilizada nos níveis de representação lingüística deve ser interpretável, isto, é legível nas interfaces. A informação expressa por meio dos sons da língua é, assim, legível a partir de PF, enquanto que a informação necessária à interpretação semântica do enunciados se faz legível em LF, que expressa informação de traços semânticos e de traços formais interpretáveis. Informação de natureza fonológica não pode ser lida em LF, e informação de natureza semântica não pode ser lida em PF.

A gramática de uma língua compreende um *léxico*¹⁵ e um sistema computacional. Por *léxico* entendemos um conjunto de itens lexicais, matrizes de traços fonológicos, semânticos e formais, podendo estes últimos ser interpretáveis, na interface semântica, e não interpretáveis¹⁶. Traços não interpretáveis servem apenas ao algoritmo de derivação lingüística e têm de ser eliminados no curso da derivação, para que esta venha convergir.

Uma derivação lingüística parte do conjunto de itens lexicais que constitui a *Numeração*. O sistema computacional é responsável por construir objetos sintáticos a

¹³ Numeração: conjunto de pares (LI, *i*), onde LI é um item do léxico e *i* um índice correspondente ao número de vezes que aquele item será utilizado na derivação. A derivação continua até que todos os índices sejam zero. (Chomsky, 1995, p.225)

¹⁴ O Princípio de *Interpretabilidade Plena* garante que toda a informação sintática relevante para a interpretação semântica de expressões lingüísticas esteja visível nos níveis de interface do sistema cognitivo da língua com os demais sistemas que atuam no desempenho lingüístico, e que toda informação sintática não relevante para a interpretação semântica seja eliminada no curso da derivação lingüística.

¹⁵ Os itens do léxico são decomponíveis em traços: fonológicos, semânticos e formais. Os traços formais desempenham um papel na sintaxe, já que o sistema computacional opera sobre traços formais. São traços formais os traços categoriais (N e V, por exemplo), os traços *phi* (gênero, número e *pessoa*) e os traços estritamente formais (o traço de Caso e o traço EPP do inglês *Extended Projection Principle*). Este último pressupõe uma informação parametrizada relativa à disponibilidade de uma posição de especificador, para a qual um dado sintagma pode se mover; como, por exemplo, o DP sujeito.

¹⁶ Os traços formais são de dois tipos, os com motivação semântica - *traços-phi* e categoriais, e os estritamente formais – Caso e EPP.

partir de itens do léxico disponibilizados na *Numeração*. As operações sintáticas que atuam sobre os itens lexicais são *Select*, *Merge*, *Agree/Move*, e, por meio dessas operações, os elementos de léxico selecionados da *Numeração* são combinados recursivamente, formando uma estrutura hierárquica. Estabelecem-se relações de concordância, de modo que apenas traços formais semanticamente interpretáveis permaneçam, e determinados constituintes são movidos para posições estruturais que correspondem à posição que assume na ordenação linear dos elementos da sentença¹⁷.

Conforme visto, todo item do léxico é composto por traços fonológicos, semânticos e formais. *Pessoa* é um traço formal – um *traço-phi*, juntamente com gênero e número. Somente os traços formais são acessíveis ao sistema computacional e aqueles que são semanticamente interpretáveis chegam à Forma Lógica (LF) para receber uma interpretação semântica.

A operação *Select* seleciona um item da *Numeração* a ser introduzido na derivação e pode ser aplicada mais de uma vez, já que a *Numeração* pode ser formada por vários elementos, dessa forma constatamos um uso recursivo da operação *Select* no sistema computacional. Uma outra operação se faz necessária, para combinar os itens retirados da *Numeração*, trata-se da operação *Merge*, que concatena dois itens do léxico ou, ainda, um núcleo a um objeto sintático já formado. As duas operações *Select* e *Merge* não implicam custo computacional, já que constituem operações imprescindíveis para que se inicialize uma derivação sintática. As operações sintáticas *Agree/Move* têm sua atuação deflagrada pela ocorrência de traços denominados não-interpretáveis, que são postulados no modelo de modo a informar ao sistema computacional como a derivação deve proceder e são valorados no curso da mesma.

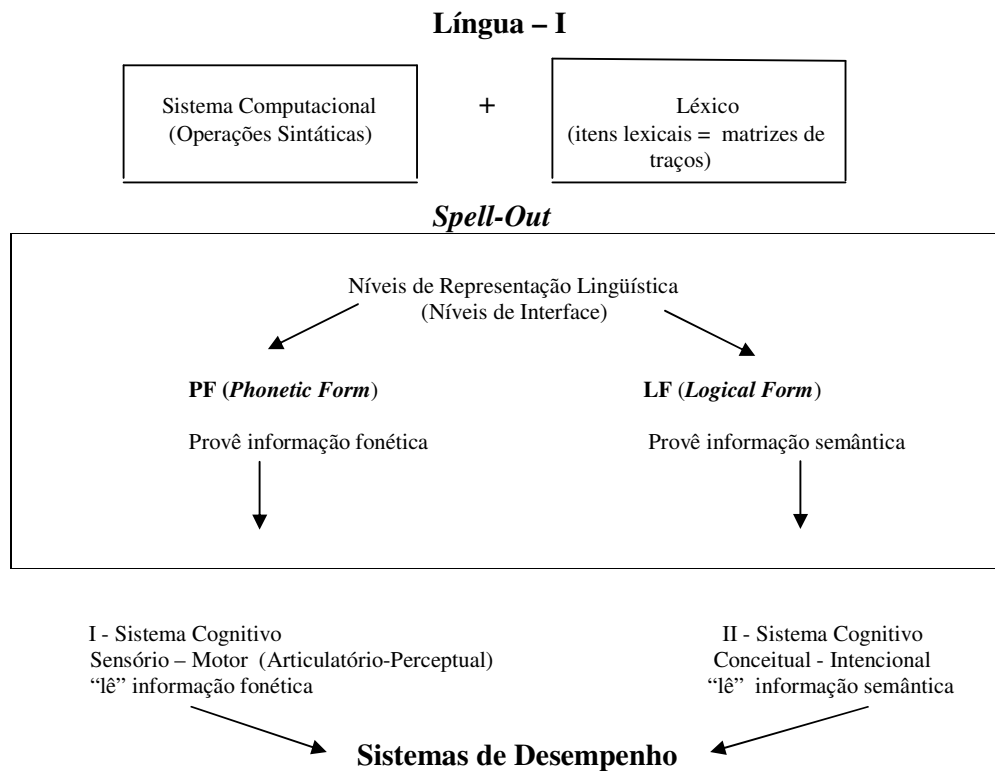
A estrutura sintática, assim computada, é *spelled-out*, ou seja, os traços semânticos são encaminhados ao nível de interface semântica ou Forma Lógica (LF), que constitui a representação semântica da expressão lingüística computada, e a informação proveniente dos traços fonológicos é passada para o nível de interface fonética, ou Forma Fonética (PF). A representação fonética estabelece interface com o sistema articulatorio-perceptual, e a representação semântica faz interface com o sistema cognitivo de pensamento, o sistema conceitual-intencional.

A seguir apresentamos a figura 2.1 em que procuramos resumir o exposto anteriormente.

¹⁷ O PM assume o Axioma da Correspondência Linear – LCA, sigla em inglês – em que se assume o conceito de c-comando para derivar a ordenação entre constituintes (Kayne, 1994).

Figura 2.1

Relação entre Sistema Computacional, Níveis de Interface e Sistemas de Desempenho



Como já dito, *Spell-Out* é o momento da derivação em que traços fonológicos são direcionados à Forma Fonética, e traços semânticos à Forma Lógica. As representações fonológica e semântica geradas pelos níveis de interface são direcionadas aos sistemas de desempenho.

2.1.2.1

Sobre a natureza e relevância dos traços formais

Os traços formais do léxico, como os de gênero, número, *pessoa*, caso, QU e outros, são os responsáveis pela identidade de cada língua, daí sua importância na aquisição da linguagem. Estes indicam o tipo de informação que é tomada como gramaticalmente relevante na língua. Essa importância é sinalizada na interface fônica em termos de padrões regulares correspondentes à informação morfofonológica e à informação pertinente à ordem dos constituintes. Regularidade na interface fônica implica relevância gramatical de distinções semânticas (como número, *pessoa*, tempo etc.) ou expressão de funções sintáticas (Caso) (cf. Corrêa 2006a; 2006c).

Os traços podem ser classificados quanto à interpretabilidade¹⁸ e quanto à sua natureza intrínseca ou opcional. Os traços interpretáveis podem ser intrínsecos - aqueles que aparecem armazenados na entrada lexical (ou determinados por propriedades explicitamente listadas no léxico); ou opcionais - aqueles adicionados no momento da seleção dos itens para compor a Numeração. O traço de *pessoa* nos pronomes pessoais é intrínseco, por exemplo, o determinante pronominal *Eu* tem o traço de 1ª pessoa intrínseco.

Conforme já dito, os traços formais interpretáveis são lidos em Forma Lógica, por isso, traços formais não interpretáveis devem ser eliminados de uma derivação lingüística (eliminados, operação de checagem, cf. Chomsky, 1995; valorados, operação de concordância - *Agree*, cf. Chomsky, 1999). Para haver a eliminação dos traços formais não interpretáveis, processa-se a operação de concordância, *Agree*, por meio da qual vai haver um pareamento de traços, eliminando-se/valorando-se o traço não interpretável.

Traços formais, interpretável e não interpretável, de um mesmo tipo estão associados a categorias diferentes, como, por exemplo, o traço formal de *pessoa*, que é um traço presente em elementos das categorias funcionais Determinante (D) em projeção máxima¹⁹ e Tempo²⁰ (T), por exemplo, que serão acionadas no decorrer da derivação sintática. O mecanismo de concordância presente nas línguas naturais consiste, portanto, em um pareamento entre traços de uma mesma natureza, sendo um interpretável, com valor expresso, e outro não interpretável, sem valor definido, relacionando diferentes categorias. *Pessoa* é interpretável nos pronomes que correspondem a D em sua projeção máxima, e não interpretável em T, o que promove a concordância de *pessoa* entre sujeito e verbo. Com a operação de concordância *Agree*, havendo o pareamento entre os traços de elementos presentes numa configuração

¹⁸ Segundo Chomsky (1995), a interpretabilidade de um traço refere-se a conteúdo semântico.

¹⁹ Em Chomsky 1995, todos os traços *phi* são vistos como interpretáveis em N. Todos estariam projetados no DP (D em projeção máxima). Consideramos que existe um problema não satisfatoriamente resolvido no modelo, uma vez que pronomes, que têm o traço intrínseco de *pessoa*, podem ser vistos como instâncias de D. *Pessoa* interpretável em Dmax acarreta, contudo, problemas para a derivação da concordância interna ao DP, por meio do algoritmo de valoração em Chomsky (1999), em que o elemento com traço menos interpretável encontra-se em nó mais alto do que o elemento com traço interpretável, visto que D seria o elemento mais alto. Há ainda problemas quanto à caracterização formal de sintagmas com nomes nus. O fato, contudo, de pronomes serem Dmax em projeção máxima nos permite assumir aqui, para efeito do tratamento de questões relativas à concordância sujeito-verbo, que *pessoa* é interpretável em Dmax.

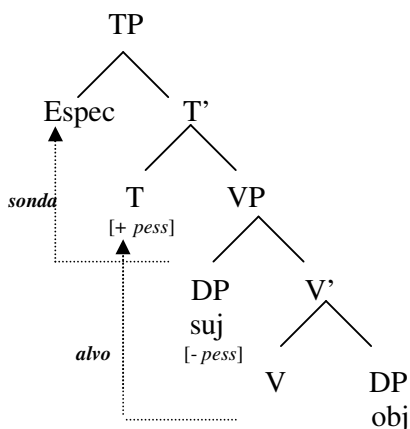
²⁰ A categoria funcional T marca propriedades de V que definem se a sentença é finita ou não, com [+ - finito], ou seja, [+ - *pessoa*] / [+ - número] ; e [+ - tempo].

sintática de *c-comando*²¹, a categoria D (em projeção máxima, equivalente a um DP) vai transmitir o traço de *pessoa* à categoria T, que ainda não tem o traço de *pessoa* valorado.

Em Chomsky (1999), assume-se que os traços não-interpretáveis são traços sem valor especificado que devem ser valorados no decorrer da derivação lingüística. Um traço não interpretável, *sonda*, procura um traço do mesmo tipo, *alvo*, para que se estabeleça a operação *Agree*. O traço não interpretável, uma vez valorado, pode ter efeito visível em PF (na morfologia flexional). A eliminação se justifica pelo Princípio da Interpretabilidade Plena nas interfaces. A representação a seguir mostra o domínio flexional (T, núcleo; T', projeção intermediária; TP, projeção máxima) onde podemos visualizar o pareamento do traço de *pessoa*.

Figura 2.2²²

Domínio Flexional de T / Pareamento do Traço de *Pessoa*



Voltando à questão da interpretabilidade, o traço de *pessoa* seria interpretável em Dmax (pronominal, pleno ou nome nu), mas não o seria no verbo. O fato de *pessoa* ser interpretável em Dmax garante a sua legibilidade no nível de interface, contudo o fato de ser não interpretável em T requer, em função do Princípio da Interpretabilidade Plena, que este seja valorado na derivação. Valoração de traços pode implicar a presença de um afixo flexional que expresse na interface fônica a relação de

²¹ Relação de *c-comando* (comando de constituinte) trata-se, originalmente, de uma relação recíproca entre dois elementos com um nó estrutural comum, isto é, um nó A *c-comanda* B e B *c-comanda* A se ambos são imediatamente dominados por um nó C, e A e B não dominam um ao outro.

²² A fim de facilitar a exposição, a árvore apresentada não inclui o elemento *v* introduzido em Chomsky (1995), para dar conta de questões relativas à transitividade no modelo.

concordância estabelecida. Sendo assim, marcas morfológicas de concordância existentes nas línguas seriam resultantes de operação sintática de concordância. No português brasileiro (PB), a terceira pessoa gramatical, seja expressando segunda pessoa do discurso (*você quer*), seja expressando terceira pessoa do discurso (*ele/ela quer*), não apresenta marca de *pessoa* fonologicamente visível no verbo, todavia isso não significa que não se tenha processado uma concordância sujeito-verbo. A respeito disso nos explica Augusto (2005):

Na relação entre sujeito e verbo, admite-se que tanto o sujeito DP (Sintagma Determinante) quanto o verbo na sua flexão, isto é, em INFL²³ – possam apresentar traços de pessoa e de número. No entanto, essa informação não deve ser interpretada reiteradamente em LF. Traço de pessoa e número são semanticamente interpretáveis no DP, mas não em INFL. O conjunto de traços não-interpretáveis, isto é, a informação de pessoa e número em INFL, no nosso exemplo, deve ser, portanto, eliminado antes de LF, embora o reflexo morfológico da presença desses traços possa ser visível para PF.

(AUGUSTO, 2005, p.251)

A primeira pessoa gramatical, por sua vez, apresenta manifestação morfológica de concordância no verbo (*Eu quero*). Em sentenças de primeira pessoa, fica evidente a concordância sujeito-verbo, pois *pessoa* está intrinsecamente expressa em Dmax e manifesta no afixo flexional do verbo *-o*. De forma similar, na terceira pessoa, haveria uma operação de concordância entre o traço interpretável de *pessoa* em Dmax e o traço não-interpretável correspondente em T, só que, no PB, a concordância sujeito-verbo de 3ª pessoa não apresenta marcas morfofonológicas no verbo, com exceção de verbos que estejam flexionados no pretérito perfeito. Em suma, como marca da operação *Agree*, resta um reflexo morfológico, o afixo *-o* em sentenças de 1ª pessoa, mas nenhum reflexo morfológico visível na interface fônica está presente em sentenças de 3ª pessoa.

A concepção de valoração de traços não interpretáveis viabiliza a incorporação da visão de distribuição de traços e de inserção tardia, conforme proposta pela Morfologia Distribuída (doravante MD) (Halle & Marantz, 1993; Harley & Noyer, 1999). Segundo essa teoria, a inserção de traços fonológicos para a expressão de morfemas abstratos só

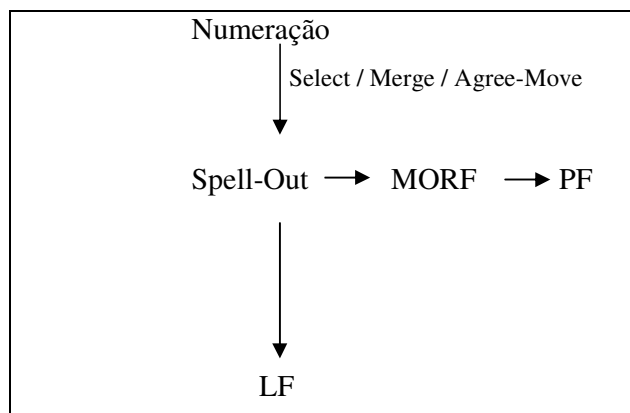
²³ INFL (abreviatura de Inflection) corresponde ao núcleo de INFLP, responsável por agregar traços de tempo e de concordância (cf. Chomsky, 1981) e corresponde ao atual TP (cf. Chomsky, 1995). No núcleo de TP, há os traços *phi* (*pessoa*, número e gênero) e um traço EPP, que atrai o sujeito que está em posição inferior na árvore sintática.

ocorreria depois de as operações sintáticas terem sido processadas. Segundo a MD, traços fonológicos, semânticos e formais não seriam todos selecionados a um só tempo, ao se escolher um item para compor uma Numeração. Para essa teoria, as categorias sintáticas se constituem de feixes de traços sem conteúdo fonológico. O componente fonológico, conforme já dito, só seria inserido após a sintaxe. Ao entrar em uma derivação, os traços não interpretáveis são traços morfológicos sem nenhum traço fonológico associado. Segundo a MD, *pessoa* é um traço funcional, que reunido a outros traços funcionais, como o de número, por exemplo, forma um morfema abstrato e a expressão fonológica de um morfema abstrato é chamada de morfema gramatical ou item de vocabulário. No português, por exemplo, o morfema gramatical ou item de vocabulário *-o* exprime os traços funcionais compreendidos no seguinte morfema abstrato [+1ª pessoa, +singular, +participante, +locutor]. Essa distinção parece-nos relevante, já que a criança, em sua produção lingüística, irá revelar os morfemas gramaticais de que faz uso e a partir deles poderemos inferir os morfemas abstratos e as categorias funcionais presentes nas representações sintáticas subjacentes às frases por ela produzidas. Em princípio, é possível que para um mesmo morfema abstrato [+1ª pessoa, +singular, +participante, +locutor], a criança possa apresentar diferentes morfemas gramaticais para sua expressão, como um DP pronominal *eu*, um DP nome próprio *Jéssica*, referindo-se a ela mesma, ou um NP ou DP pleno (*O*) *neném*, por exemplo, ao referir-se a si mesma. Essa questão será por nós analisada no capítulo 5, neste trabalho.

A seguir apresentamos a figura 2.3 em que um componente morfológico flexional é incorporado entre *Spell-Out* e PF em um esquema de derivação minimalista, compatibilizando-o com a visão expressa na MD.

Figura 2.3²⁴

Modelo de 1999 com a inserção de um componente morfológico



Em suma, o Programa Minimalista apresenta uma concepção de língua segundo a qual um sistema computacional universal deriva expressões lingüísticas passíveis de serem lidas pelos sistemas de desempenho. Estes sistemas são externos à Faculdade da Linguagem em sentido estrito, contudo o modo de operação do sistema computacional sobre traços formais de elementos do léxico se apresenta como uma resposta ótima para as imposições advindas destes sistemas. Os níveis de interface são responsáveis por alimentar com informação de ordem fonética, morfológica e semântica os sistemas de desempenho.

Um modelo de língua, assim concebido, mostra-se, pois, interessante para viabilizar uma integração a modelos de processamento numa teoria da aquisição da linguagem. Conforme visto, o Programa Minimalista tem considerado as demandas dos sistemas de desempenho, uma vez que estes impõem restrições ao modo como o sistema computacional universal atua sobre traços do léxico na derivação de expressões lingüísticas constituídas por dois níveis de interface - fônica e semântica. A criança tem acesso imediato à interface fônica da língua e precisa identificar padrões sistemáticos na mesma correspondentes à expressão de traços formais, para os quais haverá uma interpretação semântica e/ou um valor sintático atribuído (cf. Corrêa, 2006c). Uma vez que traços formais estejam representados no léxico, é necessário que estes sejam acessados na produção da fala de modo que relações sintáticas deles dependentes, como concordância, se estabeleçam. Uma vez que a computação sintática é implementada, a

²⁴ Figura proposta por Augusto (2005, p. 252)

expressão morfológica da concordância terá de ser computada. O estudo da aquisição da linguagem, à luz da concepção de língua aqui expressa deve, portanto, avaliar o quanto da informação da interface fônica é percebida pela criança, se há evidência de concordância, se há dificuldades pós-sintáticas na seleção do morfema gramatical apropriado. Essas distinções mostram-se particularmente relevantes quando se consideram manifestações do DEL.

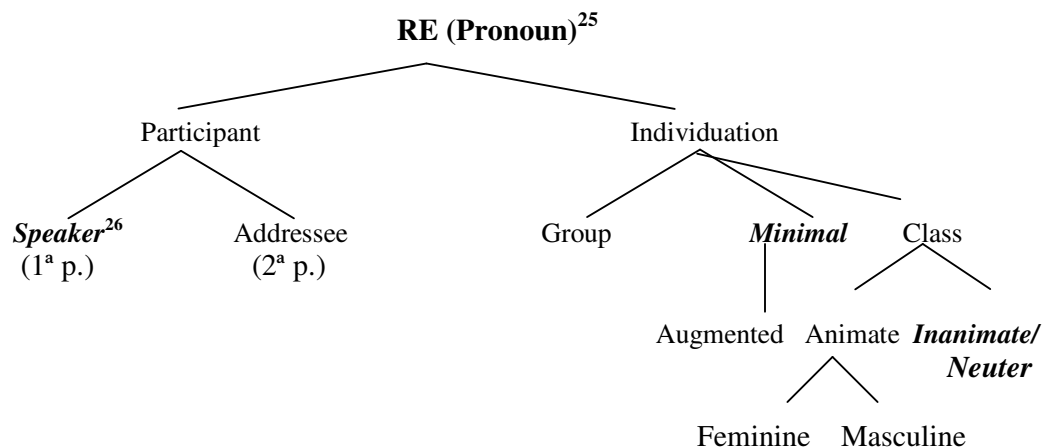
2.1.2.2

Previsões de uma geometria de traços

O conceito de traço formal vem sendo explorado em paradigmas gerativistas diferentes do minimalista. Harley & Ritter (2002), por exemplo, buscam generalizar a proposta de hierarquia de traços fonológicos introduzida por Clements (1985) e Sagey (1986) na Fonologia, no contexto da Morfologia Distribuída.

A Geometria de Traços proposta por Harley & Ritter constitui uma representação estrutural para possíveis combinações restritas aos traços de *pessoa* e de *número* e *gênero*, atestadas nos pronomes das diferentes línguas do mundo. Segundo as autoras, os traços presentes na geometria são monovalentes, sempre com valoração positiva, aparecendo, na estrutura, somente traços que forem ativos. Um traço pode apresentar-se subdividido em outro(s) traço(s), estabelecendo-se, assim, uma relação de dependência, ou seja, se um dado nó for eliminado da geometria e possuir uma subdivisão, o nó dependente será igualmente eliminado. A seguir, na figura 2.4, passamos apresentar a representação arbórea da geometria proposta.

Figura 2.4



Nesta geometria, todos os traços dependem de um nó matriz, o *Referring Expression* (RE). Os traços apresentam-se divididos em três grupos, identificados pelos nós *participant*, *individuation* e *class*, que correspondem aos traços de *pessoa*, número e gênero respectivamente. O nó *participant* possui, como nós dependentes, *speaker* e *addressee*, que são usados para representar a 1ª e a 2ª pessoa. A 3ª pessoa não é marcada na geometria. O nó *individuation* e seus dependentes, *group*, *minimal*, *augmented* são usados para representar sistemas de número, e o nó *class* codifica gênero. Esses nós apresentam-se distribuídos da esquerda para a direita em conformidade com a *Universal Feature Hierarchy* proposta por Noyer (1992), segundo a qual o traço de *pessoa* manifesta-se primeiro nos dados da criança, para depois ser expresso o de número e, por último, o de gênero.

Segundo as autoras, a dicotomia fundamental de *pessoa* adotada na geometria é a de participantes do ato do discurso (1ª e 2ª pessoa) e não participante (3ª pessoa), conforme posição também assumida por Jakobson (1971). Na geometria, o nó *participant* representa somente as 1ª e 2ª pessoas, quando o nó *participant* está ausente recebe, então, a interpretação de 3ª pessoa.

A distinção conceptual entre dependência discursiva e independência discursiva é fator externo que determina um outro aspecto da geometria, ou seja, o nó *individuation* representa os traços de um DP pronominal que independem do discurso, isto é, seu

²⁵ Serão preservados, aqui, os rótulos originais em inglês. *Referring Expression* (RE)

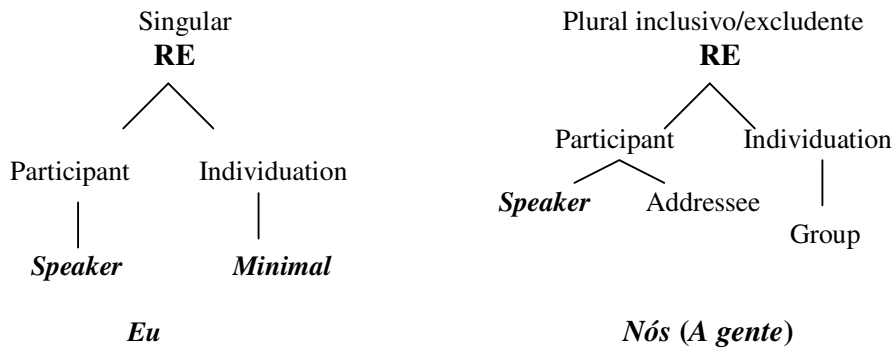
²⁶ Os nós grifados são considerados, na geometria, como *default*.

número e gênero. Por outro lado, o nó *participant* e seus nós dependentes representam traços do DP pronominal que dependem dos papéis discursivos.

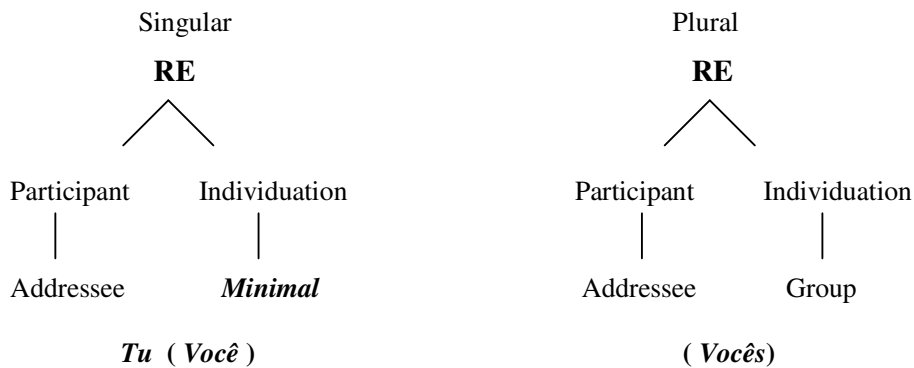
O PB é uma língua que distingue três pessoas e dois números, singular e plural apresentando, portanto, as seguintes geometrias para seus pronomes:

Figura 2.5

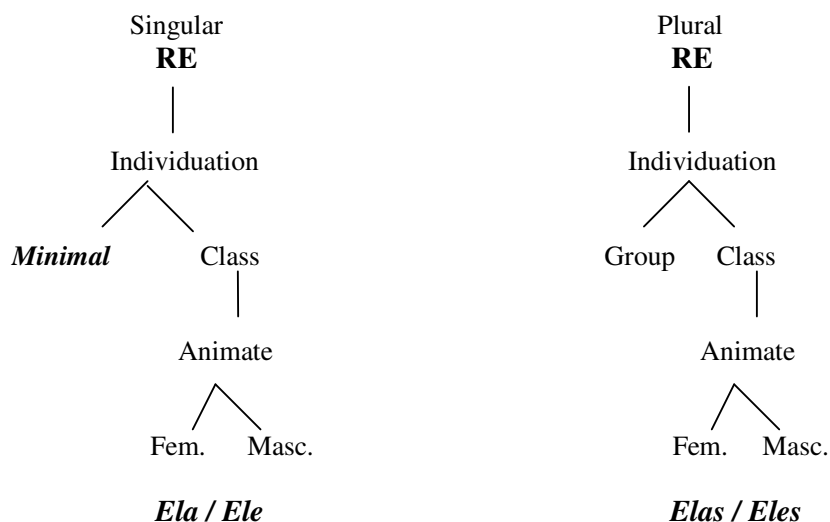
➤ 1ª pessoa



➤ 2ª pessoa



➤ 3a. pessoa



A aquisição, de acordo com a geometria de traços, ocorre de forma *top down*, isto é, um dado nó matriz deve ser adquirido antes de seus nós dependentes. As autoras apresentam como uniformidade entre as línguas o fato de pronomes de 1ª pessoa ou de 3ª pessoa do singular e neutra/inanimada serem as primeiras formas pronominais manifestas pela criança em fase de aquisição. Além disso, a 2ª pessoa é manifesta sempre depois da 1ª pessoa e o singular sempre antes do plural. Como dados de aquisição sinalizam que *default* emergem primeiro, a 1ª e a 3ª pessoa apresentam-se em condições iguais para emergirem como primeiro pronome, já que a 1ª pessoa é considerada *default* em relação à 2ª e a 3ª pessoa não é marcada na geometria. Os nós *participant* e *individuation* são, conforme visto (cf. figura 2.4), dependentes do nó matriz *RE*, e isso faz com que tenham o mesmo *status* na geometria. Assim, podemos entender que *addressee*, *group* e *class* seriam adquiridos mais tarde, e isto apresenta-se previsto na geometria, já que são nós mais embutidos.

Harley & Ritter assumem que a idéia de uma geometria de traços, enquanto uma ferramenta representacional, não dita uma escolha de trabalho teórico. Reconhecem, contudo, que os *insights* de considerações geométricas apresentam-se compatíveis com trabalhos recentes de morfologia.

A proposta de uma geometria de traços morfológicos trabalha com bases estritamente conceituais e tenta validar previsões decorrentes da mesma com base em dados da produção espontânea da fala de crianças. A teoria trabalha com a noção de ativação, ou seja, somente traços ativos na língua participam da geometria, contudo não

apresenta uma hipótese de como a criança chega a ativar um dado traço de sua língua, como ela chegaria a reconhecer que *pessoa* é um traço relevante para o PB, por exemplo. As previsões decorrentes da geometria proposta, tais como, que a expressão de *pessoa* apresenta-se inicialmente 1ª / 3ª pessoa, o singular é produzido antes do plural, daí este constituir uma dificuldade para crianças mais jovens – 3 anos, serão discutidas à luz dos dados de produção da fala espontânea analisados neste trabalho.

2.2

Possível diálogo entre teoria lingüística e teorias do processamento lingüístico

O processamento da concordância gramatical tem se apresentado vulnerável a erro e é por meio da morfologia gramatical que reconhecemos essa vulnerabilidade. Tal vulnerabilidade apresenta-se acentuada nos casos do chamado Déficit Específico da Linguagem - DEL²⁷. Erros de concordância presentes em falantes DEL não parecem estar vinculados à presença de um elemento que seja fonte de interferência em condições específicas, como se observa em erros de concordância em condições normais, os chamados *erros de atração* (Corrêa & Rodrigues, 2005; Rodrigues, 2005). O que haveria de específico à produção da fala que torna o processamento de concordância vulnerável? O que distinguiria os eventuais erros de concordância cometidos naturalmente pelos falantes da língua dos erros de concordância cometidos por falantes DEL? Estas são questões que mobilizam uma articulação entre uma teoria do processamento da linguagem e uma teoria lingüística, uma vez que, como veremos adiante, hipóteses de base exclusivamente lingüística ou formuladas em termos exclusivamente de processamento, por si só, não conseguem dar conta das manifestações do DEL. Tem-se buscado para fim deste estudo, portanto, conciliar conhecimento lingüístico e processamento lingüístico.

2.2.1

Lingüística e Psicolingüística – uma relação possível

²⁷ Crianças com DEL apresentam comprometimentos em diferentes aspectos da compreensão e/ou produção da linguagem. Cabe, portanto, à pesquisa com o DEL verificar se há um conjunto de sintomas que justifique uma articulação entre o sistema da língua e sistemas cognitivos que atuam no desempenho lingüístico.

A Psicolinguística pode ser entendida como a teoria do processamento linguístico e, como tal, tem como objetivo a construção de modelos de processamento de enunciados linguísticos, dentre estes, modelos de compreensão, que procuram explicitar as ações de um *parser* (processador sintático); e modelos de produção, que incluem as ações de um formulador sintático na codificação gramatical de uma mensagem.

Uma teoria de língua gerativa, por sua vez, visa a prover um modelo formal de língua que represente o conhecimento linguístico passível de ser adquirido por qualquer criança em condições normais, em um curto período de tempo, e que lhe permite compreender e produzir enunciados linguísticos.

Quando se procura estabelecer uma relação entre derivação linguística (tal como concebida no PM) e produção/compreensão de enunciados linguísticos, tal como caracterizada em modelos psicolinguísticos, notamos haver uma correspondência (Corrêa, 2005; a sair). O acesso ao léxico num modelo de produção (via *lemas*²⁸, motivado pelas intenções do falante e pela mensagem a ser transmitida) ou de compreensão (via *lexemas*²⁹, dos elementos do léxico que se apresentam de forma linear no enunciado a ser compreendido) pode ser visto como um processo que resulta naquilo que, num modelo de língua, constitui a *Numeração* que dá início à derivação linguística.

As operações computacionais necessárias para a derivação de uma expressão linguística podem ser vistas como correspondentes às operações conduzidas por um *parser* e por um formulador sintático na compreensão e na produção de enunciados linguísticos, respectivamente³⁰. Não interessa, contudo, à teoria linguística o que motivaria a seleção de elementos do léxico que constituem a *Numeração* que dá origem a uma derivação linguística. Em modelos de processamento, por outro lado, o acesso lexical que dá origem à formulação sintática é motivado pela intenção de fala por parte de um falante durante a produção e, na compreensão, o acesso lexical parte do reconhecimento lexical que dá início ao *parsing* do enunciado linguístico pelo ouvinte (cf. Corrêa, a sair).

O *parser* tem de ser instruído de modo a reconhecer a informação relativa aos traços formais do léxico e aos valores dos parâmetros fixados. Essa informação é obtida no modo como enunciados linguísticos se apresentam na interface fônica, isto é, em

²⁸ *Lema* refere-se a propriedades formais vinculadas a propriedades semânticas, as quais podem ser acessadas independentemente, em momento anterior, da *recuperação* da forma fônica.

²⁹ *Lexema*, conceito introduzido na teoria psicolinguística, refere-se à forma fônica de uma palavra/morfema que pode ser acessada dissociadamente de seu significado.

³⁰ Essa correspondência não é, contudo, direta. Ver Corrêa (a sair), Corrêa & Augusto (2006) para uma discussão desse ponto.

“pacotes informacionais” que correspondem a grupos tonais e frases fonológicas que podem estar em correspondência com unidades sintagmáticas.

No caso particular do traço formal de *pessoa* no PB, a informação relativa a este que pode ser extraída da interface fônica envolve padrões recorrentes correspondentes a elementos funcionais e afixo, sendo, portanto, de ordem fônica e distribucional. Tem-se, nesse sentido, a ordenação em que os elementos se apresentam em um enunciado, uma vez que o DP sujeito, que contém o traço interpretável de *pessoa*, antecede o T e a informação morfológica em elementos de classe fechada, que se apresentam recorrentemente nos enunciados lingüísticos. Variações ou alternâncias em elementos de classe fechada que definem determinadas posições sintáticas (possivelmente identificadas em função de acento (Baggetti & Corrêa, 2006a, b) podem ser tomadas como sinalizadoras de propriedades gramaticalmente relevantes. Assim sendo, o fato de *pessoa* ser legível em Dmax e de o afixo flexional de *pessoa* apresentar-se sempre após o morfema lexical do verbo, isto é, como uma forma presa do tipo sufixo, pode apontar para a relevância gramatical dessa informação. Dessa forma, podemos entender como crianças extraem informação gramaticalmente relevante dos dados da fala: ela procede à segmentação do sinal acústico, considera a recorrência da categoria funcional D, por ser uma classe fechada, e reconhece a informação gramaticalmente relevante em Dmax e no afixo verbal, a qual, uma vez semanticamente interpretada no contexto de fala, possibilitará a representação de *pessoa* como traço formal.

O formulador sintático tem de construir, ao longo do tempo, a partir dos elementos acessados no *Léxico Mental*³¹, uma estrutura equivalente à derivação proposta pela teoria lingüística. Os *lemas* dos elementos recuperados do *Léxico Mental* conteriam a informação necessária para que a computação lingüística fosse operacionalizada. Em seguida à computação sintática, a estrutura resultante passaria por um codificador morfofonológico, que codificaria em morfemas flexionais a informação correspondente à concordância sujeito-verbo, em forma de propriedades fonéticas do som a ser articulado.

No caso de *pessoa*, o falante parte de uma intenção de referência à pessoa que fala, à pessoa com quem fala ou de quem fala e busca expressar lingüisticamente essa intenção por meio de elementos do léxico. O *lema* correspondente ao determinante/pronome conteria informação de pessoa gramatical que codificaria, na língua, a intenção

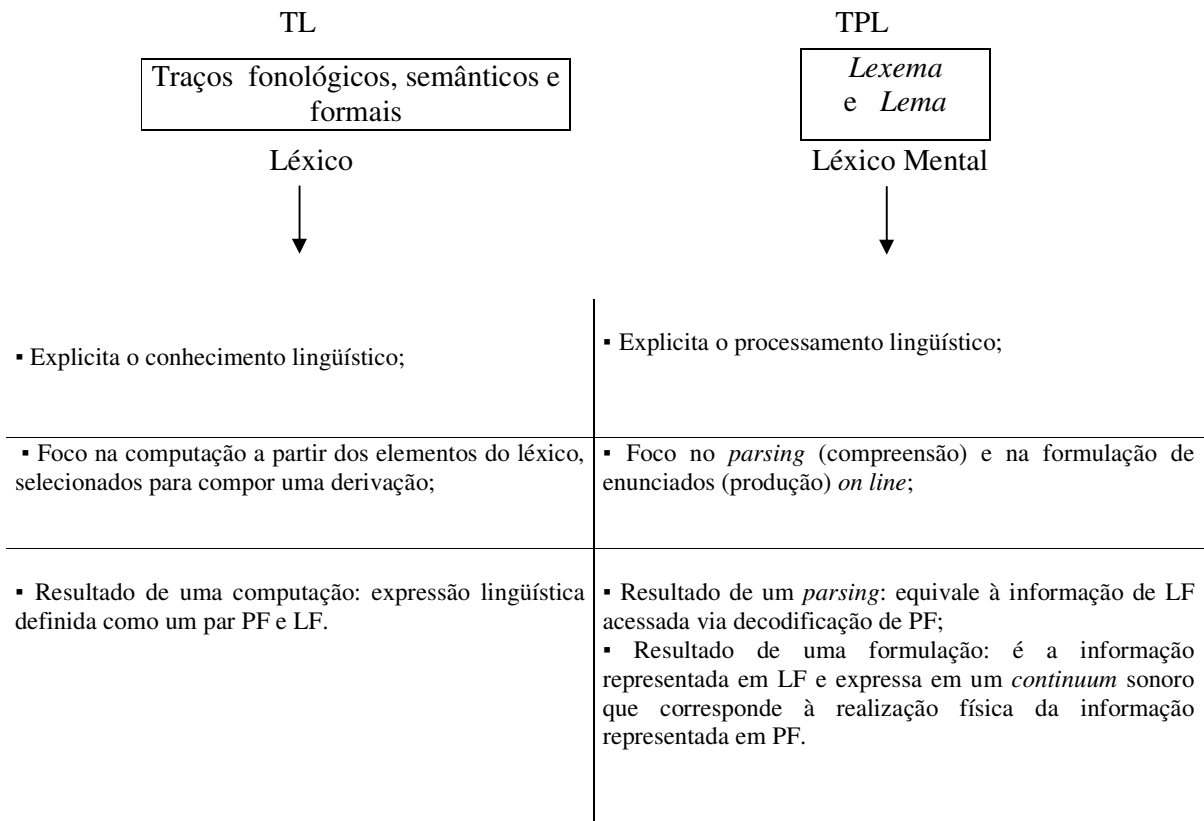
³¹ Léxico Mental – componente representacional correspondente a uma memória de longo prazo.

do falante de referência à pessoa (que fala/com quem fala ou de que fala). Uma vez que o DP (sujeito) esteja concatenado ao verbo, tem-se um ambiente sintático no qual o pareamento dos traços formais do DP e de T pode se estabelecer, o que resulta em concordância. Posteriormente, o codificador morfofonológico codifica a informação de *pessoa* no verbo, determinando propriedades morfofonológicas a serem realizadas. No caso da 3ª pessoa, acessa-se o *lema*, implementa-se a operação de concordância, contudo o codificador morfofonológico pode não ter participação efetiva (no caso do chamado morfema zero de *pessoa*).

Observe-se, contudo, que pode haver discrepância entre pessoa do discurso e pessoa gramatical. *Você* e *a gente* são formas que designam 2ª e 1ª pessoas do discurso (singular e plural, respectivamente) e cujo traço formal é de 3ª pessoa. Além disso, no caso de haver sujeito nulo, é a informação de *pessoa* expressa no afixo verbal a que garante a interpretabilidade desse traço. Assim sendo, a criança tem de identificar o local da interpretabilidade do traço formal de *pessoa* numa relação de concordância de forma a representá-lo como traço formal, o que lhe permitirá abstrair pessoa gramatical de pessoa do discurso.

A seguir propomos, na figura 2.6, um quadro que resume a correspondência entre teoria lingüística e teoria do processamento lingüístico.

Figura 2.6
Correspondência entre Teoria Lingüística (TL) e Teoria do Processamento Lingüístico (TPL)



A aproximação entre teoria lingüística e de processamento permite discriminar três grupos de processos: os *pré-sintáticos*, os *sintáticos* e os *pós-sintáticos* (cf. Corrêa, 2002; Augusto, 2005), que caracterizaremos a seguir.

Os processos *pré-sintáticos* relacionam-se à formação de uma *Numeração*. Em termos de processamento, esses processos dizem respeito ao acesso a elementos do léxico e ao fato de traços formais estarem (ou não) representados no léxico em um dado estágio de desenvolvimento lingüístico, ou seja, estes processos são diretamente dependentes da identificação dos traços relevantes a uma dada língua e de sua incorporação ao léxico dessa mesma língua. Os processos *sintáticos* são os que envolvem as operações do sistema computacional, que atuam de forma semelhante para todas as línguas, sendo as diferenças entre línguas dependentes das propriedades codificadas nos traços formais. Os processos *pós-sintáticos* referem-se ao componente morfológico, ou seja, incorporando-se os termos da MD, à associação de *Itens de Vocabulário* a morfemas abstratos, entendidos como conjunto de traços valorados.

Estas distinções tornam-se particularmente relevantes no tratamento de manifestações do DEL.

2.3

Tarefa da criança no processo de aquisição da linguagem

A criança tem, desde os primeiros contatos lingüísticos, uma tarefa, a de identificar a gramática de sua língua, isto é, ela tem de identificar o que há de específico em um sistema que seja capaz de gerar um número infinito de sentenças. A criança, desde a mais tenra idade, entra em contato com o uso de sua língua materna, contudo as sentenças ouvidas por ela constituem um subconjunto das sentenças possíveis de serem geradas pela gramática. Cada sentença é entendida como uma seqüência de elementos do léxico que, em princípio, podem ser combinados de diversas maneiras. O problema lógico da Aquisição da Linguagem (AL) consiste em explicar como esta gramática pode ser identificada a partir de um subconjunto das sentenças por ela geradas, considerando todas as combinatórias possíveis a partir de seqüências de elementos do léxico. Não é claro como garantir que, com base nesse subconjunto (dados de entrada), por meio de inferência indutiva³², a gramática da língua venha a ser identificada. Diante desse problema, a teoria lingüística parte do pressuposto de que tem de haver restrições à forma das gramáticas passíveis de serem adquiridas pela criança, para que esta não perca tempo em analisar os dados, de maneira que a partir da análise não chegue a gramáticas de línguas naturais e à gramática de sua língua em particular. Essas restrições são o objeto de uma teoria do estado inicial da AL, ou seja, a caracterização da GU.

Todo o trabalho da teoria lingüística gerativista pós 1965 tem buscado caracterizar a natureza das restrições. Com o modelo de Princípios & Parâmetros, a GU é caracterizada em termos estritamente lingüísticos; contudo a partir do Programa Minimalista, a teoria busca explicar a natureza desses princípios. O que se verifica, neste momento da teoria, é que atribuir aos princípios uma natureza apenas lingüística não é suficiente. Os princípios da GU passam, então, a ser concebidos como respostas às exigências das interfaces da língua com outros sistemas cognitivos – essas interfaces garantem que uma língua veicule sentido por meio de som. Os princípios da GU

³² Procedimento indutivo é um procedimento de aprendizagem assumido em todas as teorias de aquisição de conhecimento numa perspectiva empirista, que consiste em se estabelecer uma proposição geral com base no conhecimento de certo número de proposições de menor generalidade.

(Princípio de Interpretabilidade Plena e Princípio de Economia) atendem a restrições de ordem cognitiva. Para o PM, as restrições hoje resumir-se-iam em uma GU concebida como um sistema computacional (produto de evolução da espécie, não se sabendo em que medida é compartilhado por outros sistemas biológicos) mais restrições vindas dos níveis de interface. Esta é a resposta que a Teoria Lingüística apresenta, atualmente, para o problema lógico da aquisição da linguagem, ou seja, não é possível explicar as restrições que se apresentam à identificação de gramáticas sem considerar-se que a língua se articula com sistemas cognitivos (cf. Corrêa, 2006c).

A proposta minimalista é muito compatível com propostas empiristas que assumem restrições de natureza arquitetônica (arquitetura dos sistemas físicos/cognitivos que permitem que a língua se realize) e de natureza cronotópica (restrições que venham da maturação do sistema físico e vistas do tipo de localização que funções cognitivo- lingüísticas possam ter no cérebro). O que hoje de fato distingue a proposta minimalista de propostas empiristas é que a primeira supõe um sistema computacional universal, enquanto as segundas continuam assumindo que as operações gramaticais são adquiridas por meio de procedimentos de aprendizagem de natureza indutiva. (id ibid).

2.4

Pessoa no Português do Brasil – PB

O traço formal de *pessoa* interpretável em Dmax pode ser expresso por meio de um DP pronominal, nome nu, nome próprio, pleno ou, ainda, por um DP nulo³³. Gramaticalmente, pronomes admitem variação de *pessoa*, podendo, portanto, expressar 1ª, 2ª ou 3ª pessoas do discurso e os demais DPs (exceto o nulo) acima discriminados, necessariamente de 3ª pessoa, podem também manifestar gramaticalmente as três pessoas do discurso, conforme situações discursivo-pragmáticas que veremos nesta seção.

Tendo em vista que as distinções de *pessoa* se manifestam claramente no sistema pronominal, passaremos a fazer considerações gerais sobre pronomes no PB de modo a caracterizar o tipo de informação que se faz acessível para a criança na identificação de *pessoa* como traço formal nessa língua.

³³ Ver nota 19 relativa ao local de interpretabilidade do traço de *pessoa* no DP pleno.

O sistema pronominal do PB apenas recentemente vem sendo estudado no paradigma gerativista (Galvez, 1991; Lopes, 2001; Duarte, 1996; Kato, 2001) e há muito poucos estudos já no contexto do minimalismo (Magalhães, 2006). Nas gramáticas tradicionais, de teor normativo, as peculiaridades do PB em relação ao PE não são enfatizadas. Abordagens de teor funcionalista destacam, particularmente, as funções assumidas por pronomes no discurso. Nesta seção, partimos da caracterização tradicional de pronomes nos termos da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), no que diz respeito à distinção entre os tipos de pronomes tradicionalmente conhecidos. Seguimos com uma caracterização das funções de formas pronominais no discurso, enfatizadas em abordagens funcionalistas para a descrição do português falado no Brasil e apresentamos os aspectos do sistema pronominal do PB particularmente analisados numa perspectiva gerativista. Assim sendo, transitaremos por diferentes referenciais teóricos/descritivos, de modo a prover um quadro panorâmico do sistema pronominal no PB e uma caracterização ampla do tipo de dados que se apresentam à criança na aquisição da língua, ainda que, apenas alguns aspectos deste serão explorados no presente trabalho, no que concerne à aquisição dessa língua – a expressão morfológica de *pessoa*, o local da interpretabilidade do traço de *pessoa* na língua, a evidência de concordância sujeito-verbo, a não simetria entre *pessoa* discursiva e gramatical, a realização do sujeito como pleno e nulo e o papel da informação pertinente a *pessoa* na referência. A posição de sujeito/caso nominativo será privilegiada neste trabalho, ainda que, nesta seção, assim como na análise de dados da produção, outras formas pronominais sejam consideradas.

Buscamos, portanto, caracterizar os pronomes pessoais, trabalhando com a sua natureza referencial - os pronomes vistos como representantes de papéis discursivos ou como elementos que asseguram a tessitura do texto, sua continuidade pela reiteração de argumentos. Focalizamos o uso corrente no PB de formas pronominais não-clíticas (pronomes fracos ou deficientes) em posições de pronomes clíticos, uma das características que distanciam o PB do PE, mostrando uma preferência do PB por objetos nulos ou por pronomes fracos em vez de clíticos na posição de objeto/complemento. Em seguida, apresentamos estudos recentes que visam a evidenciar que o falante do PB vem revelando uma tendência a preferir sujeitos pronominais plenos a sujeitos pronominais nulos (cf. Kato, 2001), sinalizando um processo de mudança paramétrica, de uma língua *pro-drop* para não *pro-drop*, mudança esta que estaria ocorrendo como consequência de uma redução do paradigma flexional

verbal e/ou do fato de o PB estar se tornando uma língua com sintaxe de tópico. Por fim, organizamos um quadro resumitivo caracterizador desse processo, focalizando a sua importância em termos de aquisição do conhecimento lingüístico, tendo como língua materna o português do Brasil.

Na NGB, o termo *pronome* é aplicado a uma variedade de formas, incluindo:

- Os chamados *pronomes pessoais* (*eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles, elas, me, te etc.*) que têm a capacidade de *identificar de forma pura* a pessoa gramatical;
- Os *possessivos* (*meu, teu ...*) e demonstrativos (*este, esse, aquele*) que também evocam a pessoa gramatical, só que a relacionando a determinações de posse e de localização;
- Os *indefinidos* que se caracterizam pela ausência de referência pessoal determinada e têm a capacidade de ocorrer nos mesmos contextos dos possessivos e demonstrativos.

Os pronomes possessivos, demonstrativos e indefinidos podem ocorrer em contextos sintáticos próprios a substantivos, assim como em contextos típicos de adjetivos. Isso assegura-lhes, conforme sistematização proposta pela NGB, a ocorrência ora como substantivos, ora como adjetivos, como se pode visualizar no par abaixo:

(1) *Este* carro está novinho, mas *aquele* está mal conservado.

À sistematização proposta hoje pela NGB opõe-se outra, mais antiga, porém ainda vigente, que reconhece como pronomes apenas os pessoais e alguns indefinidos com uso exclusivamente “substantivo”, ficando os demais pronomes (possessivos, demonstrativos) atribuídos à classe dos adjetivos. Nessa sistematização mais antiga; *aquele*, no exemplo anterior, seria um pronome adjetivo substantivado.

Dessa forma, a classificação dos pronomes alia-se à concepção que se tem do que seja *nome*, se *nome* for concebido tão somente como substantivo, os pronomes serão apenas os pessoais e os indefinidos com uso exclusivo de substantivo, se *nome* for entendido como substantivo e adjetivo, os possessivos, os demonstrativos e os demais indefinidos também serão incluídos como pronomes. Assim, uma acepção mais *lata* de pronome parte, portanto, da concepção de *nome = substantivo + adjetivo*, concepção

esta que tem sido assumida por parte dos gramáticos tradicionais da língua portuguesa (Bechara, 1999; Lima, 1986 e Cunha, e Cintra, 1985).

Essa relação entre *nome* e *pronome* motra-se, na análise aqui conduzida, de maneira diferenciada. Pronomes pessoais podem constituir um DP pronominal (D em projeção máxima) (*Ele saiu*) e, portanto, corresponder a pronomes nomeados tradicionalmente como substantivos, e pronomes demonstrativos, possessivos podem ser constituintes de um DP pleno (*Aquele carro é novinho*). Estes últimos correspondem aos pronomes tradicionalmente nomeados como adjetivos e, na teoria lingüística recente, constituem camadas funcionais hierarquicamente inferiores ao DP. De qualquer forma, a caracterização tradicional é aqui apresentada dada sua ampla circulação.

As formas pronominais pessoais, segundo Azeredo (2002), representam a categoria gramatical de *pessoa*, que é a propriedade que tem a linguagem de permitir que o enunciador se refira a si próprio e às personagens do ato comunicativo, não como indivíduos, mas apenas como participantes do discurso. No que se refere às funções dicursivas dos pronomes, estes podem ser caracterizados, levando em conta sua natureza fórica ou referencial, da qual decorrem duas funções, uma interacional e outra contextual. Enquanto representantes dos papéis do discurso no espaço da sentença, os pronomes exercem a função chamada *dêitica ou exofórica*, ao passo que ao garantirem a continuidade do texto, recuperando argumentos, têm-se a função *endofórica*, sendo a *anáfora* a mais freqüente, uma vez que a *catáfora* é menos produtiva no PB. A primeira e a segunda pessoas são intrinsecamente dêiticas, enquanto a terceira pessoa é essencialmente não dêitica, admitindo, contudo, uso dêitico em contextos discursivos específicos, quando a forma pronominal é acompanhada de indicação gestual. O uso dêitico da 3ª pessoa será foco de um dos experimentos realizados neste trabalho (cf. 6.2).

As categorias gramaticais de *pessoa* e de *número*, em português, apresentam sua realização morfofonológica resumida em uma só desinência ou afixo flexional, a desinência número-pessoal (DNP) ou se preferirmos, o afixo número-pessoal (ANP). As noções de *número* e de *pessoa* são categorias gramaticais do vocábulo verbal e, em função delas, este assume formas diferentes, conforme as diferentes pessoas.

Em estudos do PB falado, sob uma perspectiva funcionalista, Moura Neves (2002) relaciona as formas de pronomes pessoais encontradas, sendo elas: *eu, nós, a gente* para a 1ª pessoa; *tu, você, o senhor, a senhora* para a 2ª pessoa e *ele, eles, ela,*

elas, para a 3ª pessoa. No que tange à manifestação do sujeito, temos observado que não é a necessidade de clareza, o fator responsável pela ocorrência maior do pronome sujeito, uma vez que a primeira pessoa, que é a de maior frequência, possui desinência número-pessoal bastante característica e, ainda assim, o sujeito pleno se faz presente. Quanto à segunda pessoa, o pronome de tratamento *você* é, sem dúvida, a forma mais freqüente, se comparada a *tu*, assim como a forma *a gente* é também mais produtiva do que *nós*, no que tange à primeira pessoa do plural.

Conforme já dito anteriormente, uma função típica dos pronomes pessoais é a de representar, na estrutura formal dos enunciados, os interlocutores responsáveis pela enunciação. Os pronomes, vistos dessa forma, situam-se em dois eixos: o dos *interlocutores* (locutor/ emissor - 1ª pessoa; alocutário/receptor - 2ª pessoa) e o das entidades referidas na interlocução (3ª pessoa ou não-pessoa discursiva). O primeiro grupo é formado por indivíduos que detêm papéis discursivos e o segundo grupo, por indivíduos que não são constitutivos da interação verbal. Portanto, a dicotomia fundamental de *pessoa*, aqui apresentada, é a de participantes (1ª e 2ª pessoa) e não-participante (3ª pessoa) do ato discursivo.

A primeira pessoa não deve ser entendida apenas como *a que fala*, mas como *a que fala de si própria* e a segunda pessoa não somente como *aquela com quem se fala*, uma vez que, em determinadas situações, *é a respeito dela que se fala*. Em outras palavras, nas duas primeiras pessoas, há, ao mesmo tempo, uma pessoa implicada no discurso (nível do enunciado³⁴) e a possibilidade de o discurso estar voltado sobre uma dessas pessoas (nível da enunciação³⁵) e, deste modo, o pronome de 1ª pessoa se interpreta por um processo de auto-referência, que chamaremos, aqui, de dêixis intrínseca, e o pronome de 2ª pessoa se interpreta pela referência que a 1ª pessoa estabelece sobre ela, 2ª pessoa.

Benveniste (1969), em seu artigo *A natureza dos pronomes*, estabelece bem esse sistema de oposições, de um lado a 1ª e a 2ª pessoa, pessoas que interagem lingüisticamente; de outro, a 3ª pessoa, ou não-pessoa discursiva, entidades a que se referem a interlocução.

³⁴ *Enunciado* designa toda seqüência acabada de palavras de uma língua emitida por um ou vários falantes.

³⁵ *Enunciação* é o ato individual de utilização da língua, enquanto enunciado é o resultado desse ato, é o ato de criação do falante. Assim a enunciação é constituída pelo conjunto dos fatores e dos atos que provocam a produção de um enunciado.

- (2) **Eu** falarei com **você** na próxima semana.



1ª pessoa

2ª pessoa

- (3) Nós temos um gatinho. **Ele** é muito dócil.



3ª pessoa

No PB, já não se nota a perfeita correspondência entre *peessoas do pronome e pessoas do verbo*. Na maioria das variedades do PB, essa correspondência ficou comprometida com a adoção do pronome *você* em lugar de *tu*, que embora faça referência à pessoa com quem se fala, e, nocionalmente seja de segunda pessoa, conduz o verbo para a terceira, coocorrendo com possessivos e pronomes átonos de terceira pessoa. *Você*, redução de *vossa mercê*, é, segundo manuais de gramática tradicional, um pronome de tratamento, que conduz o verbo para a terceira pessoa. Contudo, a forma *você*, empregada em referência à 2ª pessoa do discurso tem suplantado, no PB, a forma *tu*, e constituído uma expressão gramatical mais freqüente dessa pessoa discursiva. O que se observa atualmente é que até mesmo na variedade regional de Porto Alegre (POA), em que o *tu* é bastante produtivo, o verbo apresenta-se, na maioria das vezes, exceto em discurso formal tenso, flexionado na 3ª pessoa, em vez de na 2ª pessoa.

- (4) a. Por que **tu disseste** que **acha** (s) que ali entra a compreensão? (*Tu* (2ª pessoa do discurso) ocorre com a 2ª pessoa gramatical e com a 3ª pessoa gramatical do verbo)

b. **Tu vai** atrás disso.³⁶

Encontram-se, ainda, alguns casos em que o oblíquo átono *te* é usado referindo-se a *você* e não a *tu* como se deveria esperar.

- (5) **Você** comeu muito brigadeiro?

Não... por quê?

³⁶ Os exemplos do número (04) ao (23) e (36), (37) e (38) elencados nesta seção, foram retirados dos dados do projeto NURC *apud* ILARI, FRANCO, MOURA NEVES e POSSENTI (2002). *Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para análise* in: CASTILHO, Ataliba e BASÍLIO, M. (orgs.) *Gramática do português falado*.

Não *te* serviram?

(2ª pessoa para o alocutário constituída gramaticalmente pelo pronome *você* / 3ª pessoa gramatical, e a alternância da forma pronominal oblíqua usada em referência a essa pessoa, ao se fazer uso de um pronome gramaticalmente de 2ª pessoa)

No plural, o mapeamento entre pronomes e pessoas do discurso se complica. A 1ª pessoa do plural, em geral, denota um grupo constituído pelo falante e outro(s) indivíduo(s). Isso está em contraste com a 2ª pessoa e a 3ª pessoa do plural, que pode denotar um grupo de receptores ou um grupo de outros indivíduos respectivamente. A 1ª pessoa do plural não se constitui por *eu + eu*, de fato, em línguas naturais, não há 1ª pessoa do plural genuína, já que nunca falamos em “coro”. O pronome *nós* não se refere a um grupo de falantes, mas antes a um falante e também um ou mais receptores, ou a um falante e um ou mais outros indivíduos mencionados no discurso. Logo, *nós* implica *eu + não-eu*; este último correspondendo a uma segunda pessoa ou a uma terceira ou a ambas, que podem estar no singular ou no plural, como podemos conferir com os exemplos a seguir³⁷:

(6) A natureza dentro de casa [...] do que *você e eu, nós* botamos.

(*nós* = eu + você (s) – 1ª pessoa inclusiva³⁸)

(7) Então *nós* vamos conversar sobre ensino, né? ... *nós* vamos conversar assim

...

(*nós* = eu + ele(s); um palestrante participando de uma mesa redonda juntamente com três outros participantes – 1ª pessoa excludente³⁹)

Dessa forma, podemos, assim, identificar os diferentes usos do pronome *nós*, tendo:

➤ o *nós* incluindo falante e ouvinte (1ª pessoa inclusiva);

(8) Agora *nós* vamos passar para o nosso outro assunto...

³⁷ Como foi visto no quadro relativo ao PB à luz da Geometria de Traços na seção 2.1.2.2 a primeira pessoa do plural pode ser excludente e inclusiva.

³⁸ Nomeia-se 1ª pessoa do plural inclusiva a que inclui o receptor.

³⁹ Nomeia-se 1ª pessoa do plural excludente a que não inclui o receptor.

- o *nós* incluindo somente o falante, que fala de si mesmo. O indivíduo institui sua fala como a de um grupo, o tradicional *plural de modéstia*;
 (9) ... já conhece o nome taxionomia, ... refere-se mais ou menos a uma classificação, eu digo mais ou menos, porque ***nós*** vamos explicar a diferença entre uma taxionomia e uma classificação. (fala de um professor durante sua aula).
- o *nós* como uma terceira pessoa indeterminada.
 (10) ... então ***nós*** vamos ter a Chapada dos Guimarães.
- o tradicional *a gente* corresponde à soma de *eu* + *não-eu* (1^a + 2^a e /ou 3^a), atuando como sujeito indeterminado
 (11) ... mesmo que seja só de nome ***a gente*** já ouviu falar em taxionomia.

Em estudos feitos com dados do projeto NURC, Lemos (1991) conclui que a variedade culta seleciona com mais frequência o sujeito *nós*, todavia *a gente* tem ocorrido como um sério concorrente.

O estudo da alternância *nós* / *a gente* para representar a 1^a pessoa do plural no PB vem sendo objeto de inúmeras pesquisas, a partir de dados da língua oral (Bueno, 1998; Fernandes, 1995; Lopes, 1993; Machado, 1995 apud Ilari et al., 2002). Os resultados desses trabalhos têm mostrado um aumento no uso de *a gente*, em detrimento do uso da forma canônica *nós*. *A gente* é, de fato, uma representação gramatical da 1^a pessoa do discurso no plural que tem ganhado espaço em nossas manifestações lingüísticas, enquanto falantes do PB, e isso pode ser comprovado pelo uso frequente do possessivo *nosso* aplicado a *a gente*.

- (12) ***A gente*** sabe de ***nossas*** obrigações.

A gente também tem sido empregado correspondendo a *eu*, o que pode ser visto na ocorrência abaixo; em que o falante, um professor, diz:

- (13) ... então tudo o que ***a gente*** vai dizer sobre predicação verbal é ...

Observamos haver, em (9) e (12), os empregos das formas pronominais *nós* e *a gente* com a mesma característica, a de referir-se apenas à 1^a pessoa singular, *eu*.

Nesta tese, apenas o uso excludente de *nós* e *a gente* será explorado em contexto experimental. Na análise dos dados da produção, verificamos um único caso de uso da 1ª pessoa plural gramatical, sendo esta inclusiva (cf. 5.6.6).

Quanto à pluralização de *você*, também podemos reconhecer mais do que a soma *você* + *você* (s), pode haver também a referência *você* + *ele* (s). Seguem os exemplos:

- (14) Não sei se **vocês** estão lembrados daquele jargão.
(vocês = 2ª + 2ª pessoa)
- (15) ... ao cinema ... **vocês** iam de terno, naquela época.
(vocês = 2ª + 3ª pessoa → os homens da época)

Constata-se, ainda, no PB falado, o uso das formas pronominais na referência indeterminada. Segundo, Moura Neves (2002), no que se refere ao emprego de *nós* e de *a gente*, parece que o *nós* é usado para referências mais definidas, ao passo que o *a gente*, em referências mais indeterminadas.

- (16) Meu marido, ele é vice-presidente lá da ANPA. Até domingo passado mesmo, **nós** fizemos um chá em benefício ...
- (17) ...depois de assistir novela *a gente* (não) vai assistir ... programa político.

Quando o *nós* alterna com o pronome *se* de indeterminação, o caráter de generalização do pronome de 1ª pessoa torna-se menor.

- (18) Quando **nós** falamos de avaliação, fala-se também em estabelecimento de objetivos.(professora dando aula de didática)

O *você* pode também ser usado como um sujeito indeterminado/genérico de segunda pessoa, com o sentido suponhamos de “fosse quem fosse” / “seja quem for”.

- (19) ... antigamente **você** ia ao Cine Ipiranga, eram umas poltronas ótimas tinha lá em cima **você** ficava bem acomodado.

Essa possibilidade pode também se estender, em alguns poucos casos, ao pronome *eu* e igualmente ao *eles*. No último caso, ocorre quando o *eles* não recupera antecedente.

- (20) Na Suíça, **eu** não preciso ficar em sobressalto, esperando um novo pacote econômico.

(situação em que o falante nunca foi à Suíça e está sendo usado para se referir a uma pessoa em geral)

- (21) ... mas **eles** tão providenciando reflorestamento.

O uso de um *se* sem referente e sem formação de passiva (pluralização do SN) configura um enunciado com alto grau de indeterminação, ficando abrangidas no conjunto indeterminado todas as pessoas gramaticais ($1^a + 2^a + 3^a$). Esse é o caso de referência maximamente indeterminada.

- (22) mas fala-**se** muito sobre o alto custo de vida .

A indeterminação do sujeito por meio do emprego da terceira pessoa pode ser feita pela ausência do sujeito explícito (pronomes nulos, nos termos da teoria gerativista), casos em que o enunciado apresenta categoria vazia na posição de sujeito.

- (23) Não te **serviram** brigadeiro?.

A expressão do sujeito por meio de formas pronominais e nulas será aqui caracterizada em dados da fala espontânea. Questões pertinentes à indeterminação da referência não serão, contudo, aqui exploradas.

2.4.1

Possessivos, demonstrativos e nomes próprios – remissão às pessoas do discurso

Os pronomes possessivos expressam as pessoas do discurso aqui já referidas. No PB, para a 1ª pessoa do discurso (*eu/nós/a gente*), observamos o uso das formas pronominais *meu, nosso e variações*; para a 2ª pessoa do discurso (*tu/você(s)*), temos os possessivos *teu/seu* e variações e para a 3ª pessoa do discurso (*ele (s), ela (s)*), temos os possessivos *seu* e variações. É importante considerar que, no PB, tem sido comum o uso de *teu* e *seu* relativos ao interlocutor e de *seu* bem como *dele* relativos à 3ª pessoa do discurso.

Os pronomes demonstrativos, em princípio, servem para localizar, no tempo e no espaço, seres, coisas, noções em relação às pessoas do discurso (*este* em referência à 1ª pessoa, *esse* à 2ª pessoa e *aquela* à 3ª pessoa), sendo que, no PB, houve uma redução para duas pessoas, ficando as formas *este/esse* indiferentemente utilizadas com relação a algo perto de quem fala em oposição a *aquela*, longe de quem fala.

Os nomes próprios também podem remeter às três pessoas do discurso, em contextos discursivos particulares, conforme os exemplos seguintes:

(24) **Leila** também quer pudim, tá! (cujo nome do emissor é Leila e esta faz um alerta, para que não se esqueçam de reservar um pedaço para ela, 1ª pessoa do discurso);

(25) Hum, **Leila** quer pudim? (o falante se dirige diretamente ao receptor, 2ª pessoa, cujo nome é Leila);

(26) Luíza, não se esqueça de que a **Leila** quer pudim. (o emissor dirige-se ao receptor, alertando-o de que uma 3ª pessoa, Leila, deseja comer pudim).

Neste estudo, será demonstrado, na análise da fala espontânea de crianças, que os pronomes possessivos emergem simultaneamente às formas pronominais de sujeito e que o nome próprio com referência à primeira pessoa do discurso coexiste com o uso das formas pronominais de 1ª e 3ª pessoa.

O que podemos observar, portanto, é uma não correspondência obrigatória entre pessoa discursiva e pessoa gramatical. Embora a segunda seja motivada pela primeira, esta adquire autonomia na língua, podendo tornar-se dissociada daquela. Conforme visto, a coexistência das formas pronominais *tu/você* e *nós/a gente*, no PB, demonstram que pessoa gramatical está, em grande parte, dissociada de pessoa do discurso, o que parece explicar um empobrecimento da morfofologia flexional verbal. A criança terá de levar em conta a concordância sujeito-verbo para determinar a pessoa gramatical independentemente da pessoa do discurso. O empobrecimento da morfologia flexional do verbo, contudo, faz com que formas não marcadas de 3ª pessoa sejam usadas com relação a *tu* (2ª pessoa do discurso) / *a gente* (1ª pessoa do discurso), o que constitui um complicador para a criança que adquire o PB.

2.4.2

Particularidades da sintaxe pronominal do PB

A sintaxe pronominal do português tem de levar em conta a expressão

morfológica de caso, que nessa língua, restringe-se ao sistema pronominal. Considerando o português culto falado no Brasil, as formas pronominais empregadas no nominativo, acusativo e dativo apresentam-se distribuídas da seguinte forma:

Quadro 2.1

Nominativo	Acusativo	Dativo
eu	me	me
tu / você	te / você	te / lhe / a você
ele	o / ele	lhe / a ele
alternância entre formas clíticas e não clíticas		

O uso que falantes do PB fazem das formas pronominais organizadas no quadro 2.1, bem como o desuso das formas pronominais de 2ª pessoa direta (*tu/vós*) vêm imprimindo características particulares no PB, distanciando-o do PE e das demais línguas românicas. Caracterizar particularidades da sintaxe pronominal do PB torna-se relevante para compreendermos que dificuldades uma criança pode ter ao adquirir o PB como língua materna, em particular no que se refere ao reconhecimento da interpretabilidade de *pessoa* na categoria funcional D(max).

2.4.2.1

Pronomes e caso nominativo

A expressão pronominal do caso nominativo vem passando, diacronicamente, por transformações como a perda da segunda pessoa gramatical do plural (*vós*), da maioria dos usos da segunda pessoa gramatical do singular (*tu*) e da substituição de *nós* pela expressão *a gente*. Duarte (1996) observa que o paradigma flexional do PB vem passando por uma simplificação crescente, de seis formas distintas mais duas segundas pessoas indiretas que usam as formas verbais de terceira pessoa, (Paradigma 1) houve uma redução para quatro formas, devido à perda da segunda pessoa direta (Paradigma 2). Este paradigma, segundo Duarte, apresenta-se restrito à língua escrita. Ele coexiste com um outro paradigma (Paradigma 3) em que se vêem apenas três formas, em função da corrente substituição do pronome *nós* pela expressão *a gente*, percebida no uso da língua oral, principalmente por falantes de faixa etária mais baixa. A seguir

reproduzimos a tabela proposta por Duarte, em que os paradigmas mencionados apresentam-se organizados.

Tabela 2.1
Evolução nos paradigmas flexionais do português⁴⁰

Pessoa	Número	Paradigma 1	Paradigma 2	Paradigma 3
1 ^a	sing.	cant-o	cant-o	cant-o
2 ^a direita	sing.	canta-s	_____	_____
2 ^a indireta	sing.	canta- $\emptyset$	canta- $\emptyset$	canta- $\emptyset$
3 ^a	sing.	canta- $\emptyset$	canta- $\emptyset$	canta- $\emptyset$
1 ^a	plur.	canta-mos	canta-mos	canta- $\emptyset$
2 ^a direita	plur.	canta-is	_____	_____
2 ^a indireta	plur.	canta-m	canta-m	canta-m
3 ^a	plur.	canta-m	canta-m	canta-m.

Para Galves (1990,1991), o empobrecimento do paradigma flexional verbal é responsável por uma perda do traço semântico referente às três pessoas do discurso, restando-lhe apenas o traço sintático com valor positivo ou negativo, que associado ao traço de *número*, facultaria quatro combinações possíveis, resumidas no quadro 2.3.

Quadro 2.3⁴¹

+ pessoa / - número	- o
- pessoa / - número	- $\emptyset$
+ pessoa / + número	-mos
- pessoa / + número	- m

Segundo Galves, a concordância sujeito-verbo no PB é *fraca*, isto é, contém *pessoa* como um traço puramente sintático, ou seja, não se encontra na flexão verbal a oposição 1a, 2a e 3a pessoas, mas somente uma oposição binária, pessoa (1a)/ não-pessoa (3a), articulada a uma oposição singular/plural. Isso corresponde a uma concordância fraca morfológicamente (ausência da 2a pessoa), e semanticamente

⁴⁰ Tabela organizada segundo Duarte (1996) in ROBERTS, Ian e KATO, Mary A. (orgs). *Português brasileiro*.

⁴¹ Quadro proposto por GALVES (1991) in *Agreement and subjects in Brazilian Portuguese*.

(possibilidade de interpretar a terceira pessoa do singular como indeterminada). Sob essa ótica, a concordância sujeito-verbo no PE seria *forte* por preservar as três pessoas, duas marcadas morfologicamente (1ª e 2ª pessoa) e uma não marcada morfologicamente (3ª pessoa), um sistema flexional verbal, portanto, mais rico.

Quadro 2.2

	Singular	Plural
1ª pessoa	Eu fal-o	nós fala-mos
2ª / 3ª pessoas	você / ele fala-ø	vocês / eles fala-m

Com o empobrecimento do paradigma flexional no PB, é natural que tenha havido alterações na opção sujeito pronominal nulo ou pleno. Como nos assegura Duarte (1995), temos observado uma mudança no PB, que parece estar evoluindo de uma marcação positiva para uma marcação negativa dentro do parâmetro *pro-drop*.⁴²

Duarte (1995) desenvolve uma pesquisa diacrônica com trechos de peças de teatro de cunho popular escritas entre 1845 e 1992, buscando mostrar a transformação da preferência do sujeito pleno para o nulo. Segundo Duarte, de 56% de sujeitos nulos em 1918, passou-se a 25% em 1937, verificando-se uma súbita queda que coincide com a perda da 2ª pessoa direta (tu / vós). Segundo dados de sua pesquisa, a 1ª pessoa do plural também teve a ocorrência de sujeito nulo reduzida de 100% em 1918 a 7% em 1975 a nenhuma ocorrência em 1992, quando todos os sujeitos de primeira pessoa foram pronominais, sendo a forma *nós* bem menos freqüente do que a expressão *a gente*, mais freqüente em jovens. A 3ª pessoa é a única não afetada, o sujeito nulo continua a ser a opção escolhida. Ocorre, dessa forma, uma assimetria. Os dados pesquisados por Duarte revelam que os sujeitos de 1ª e 2ª pessoas encaminham-se cada vez mais para um sujeito pronominal pleno e o sujeito de 3ª pessoa direciona-se ainda para o sujeito nulo. O que de fato Duarte procura sugerir, em seu trabalho, é o reconhecimento de que o português do Brasil passa por um período de transição de uma língua *pro-drop* para não *pro-drop*, sendo os casos de sujeitos nulos considerados resíduos de um paradigma que está perdendo sua riqueza funcional.

⁴² Língua *pro-drop* é a classificação atribuída a uma língua que atende o parâmetro de sujeito nulo, realização do traço de *pessoa* com pronome nulo.

Um outro processo que tem sido observado no PB é a duplicação do DP por uma forma pronominal. Construções como *A Clarinha ela cozinha que é uma maravilha / Eu acho que o povo brasileiro ele tem uma grave doença* vêm sendo produzidas com frequência. Considerando-se que hoje, na língua coloquial, há um uso cada vez mais freqüente do sujeito duplamente preenchido, podemos supor que a tendência seja uma redução significativa de ocorrências de sujeito nulo e que a criança, ao adquirir o PB, passará a não encontrar dados lingüísticos robustos de *opcionalidade* na representação fonológica do sujeito. Segundo Kato (1999), a criança identifica línguas *pro-drop* como sendo as que não apresentam duplicação de sujeito. Segundo ela, os enunciados produzidos por crianças em fase de aquisição apresentam, com frequência, nomes comuns e próprios em lugar de pronomes, para designar pessoas do discurso:

(27) MÃE: Quem tá com fome?
JES: **Jessi**. (1;8.10) (+ falante)

(28) MÃE: Vermelha. Quem te deu?
JES: **Mamãe**. (1;7.6) (+ ouvinte)

(29) ENY: O **ferro** tá quente. (2;1.25) (+ referente)⁴³

Os nomes próprios funcionariam como formas de tratamento e seu traço mais relevante para a criança seria o traço *pessoa*. Estariam na posição de tópico, não exercendo o papel de sujeito explícito. O que nos parece, então, é que o nome próprio seria *default*, valeria tanto para a 1ª pessoa como para a 3ª pessoa do discurso, e a criança procederia tão somente a uma concatenação do nome próprio com o verbo que estaria sempre na 3ª pessoa, segundo Kato, uma forma unipessoal.

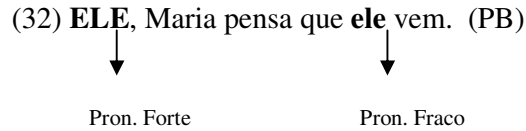
(30) ENY: **Letícia** veste minhas coisas. (2;3.21) (+ referente)

(31) MÃE: Quem tá com fome?
JES: **Jéssica**. (1;8.10) (+ falante)

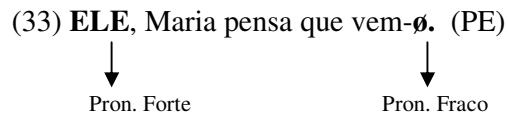
Quando o pronome começa a ser usado, aparece na forma forte, que, no PB, apresenta-se na forma nominativa acentuada, geralmente com função de foco. Os pronomes fracos, os clíticos e os elementos nulos aparecem mais tarde, com a concordância. Kato nos propõe uma divisão dos pronomes em fortes e fracos, podendo estes últimos ser pronomes livres, clíticos ou afixos de concordância. Somente os

⁴³ Estes exemplos foram extraídos dos dados longitudinais que serviram de base para esta tese.

pronomes fortes podem ser foco, podem aparecer deslocados ou ainda podem duplicar um pronome fraco. Pronomes fortes e fracos podem ser homônimos, como ocorre no PB- ELE/ele.



Segundo Kato, no PE, o pronome fraco é o afixo verbal de concordância, sendo ele o responsável pela duplicação em línguas de sujeito nulo. O afixo teria todas as propriedades de um pronome: é um argumento do V em VP e checa caso em T. A diferença para um pronome fraco livre é que não exige uma projeção do Especificador de T, violando, aparentemente o Princípio de Projeção Estendida (EPP).



Segundo Kato, o que ocorreu no PB é que se criou um paradigma de pronomes fracos quase homófonos aos fortes, fazendo com que os afixos de concordância deixassem de atuar como pronominais. Daí o PB estar mudando de uma língua *pro-drop* para não *pro-drop*.

Em suma, o que Kato propõe é que os pronomes que aparecem primeiro são os fortes – *eu / ele* no PB. Estes pronomes têm traço de caso *default*, que no português é o caso nominativo, não precisando ser checado no sistema computacional. Os pronomes fortes, portanto, sinalizariam se uma língua seria de sujeito nulo ou não. Segundo ela, a criança contaria com dados mais robustos na fala para excluir a opção de sujeito nulo.

Nomes próprios e pronomes fortes seriam apenas concatenados a verbos de 3ª pessoa, não havendo, entre eles, uma operação computacional de último recurso (*Agree/Move*); uma vez que, por hipótese, esta fase inicial da aquisição da linguagem, caracterizada como nominal/pronominal forte, seria unipessoal. Já os pronomes fracos seriam adquiridos a partir da distribuição morfossintática. Kato defende que o sistema unipessoal só passe a pluripessoal, quando a criança aprende os pronominais fracos (livres, clíticos ou afixos). As considerações assumidas por Kato serão retomadas, neste trabalho, durante a análise longitudinal dos dados de fala espontânea.

A seguir propomos um quadro resumo sobre aspectos sintáticos do pronome nominativo no PB aqui enfatizados.

Quadro 2.4

Aspectos sintáticos do DP nominativo pronominal no PB

a) Expressão do sujeito pronominal	Na 2ª e 3ª pessoa, mais altos índices de preenchimento. Na 1ª pessoa, mais baixas taxas de sujeitos expressos. (Paredes, 1988)
b) Mudança paramétrica no PB	No que se refere à representação do sujeito pronominal, está havendo uma mudança de marcação de [+ <i>pro-drop</i>] para [- <i>pro-drop</i>] (Duarte, 1991; 1992; 1995)
c) Resistência à mudança paramétrica	A 3ª pessoa é a que resiste à mudança em curso. Índices baixos de preenchimento, tanto no singular quanto no plural.
d) Sujeito duplo no PB	O deslocamento à esquerda ou sujeito duplo exclusivo a línguas não <i>pro-drop</i> é encontrado no PB (Eu acho que <i>o povo brasileiro_i ele_i</i> tem uma grave doença / <i>A guerra ela</i> traz a destruição / <i>As pessoas</i> que fazem tudo por dinheiro <i>elas</i> são fracas de espírito.).
e) Sujeito preenchido / Informantes mais jovens	À medida que cai a idade dos informantes, aumenta a taxa de sujeitos preenchidos em todos os contextos.
f) Expressão plena – fala x escrita	No PB, a expressão plena é preferida na fala como consequência da mudança da marcação do parâmetro <i>pro-drop</i> e começa a se implementar na escrita de forma mais lenta, devido ao seu caráter conservador.

2.4.2.2

Pronomes e caso acusativo

Atualmente, a sintaxe pronominal do PB distingue-se em muito da sintaxe pronominal do PE. Formas como *Não o vi* / *Não te vi* produtivas no PE distanciam-se de formas como *Não vi ele* / *Não vi você* comumente empregadas por falantes do PB. O uso do pronome clítico acusativo, produtivo no PE, apresenta-se substituído por pronomes fracos, DPs Plenos ou ainda por objetos nulos no PB⁴⁴. Os clíticos no PB, hoje, têm seu uso restrito à língua escrita na modalidade estritamente formal. Duarte (1989) comenta a tendência de substituição, no PB, do clítico acusativo de 3ª pessoa, enquanto objeto direto correferencial com um NP já apresentado no discurso. Segundo ela, a substituição vem sendo feita preferencialmente por DPs plenos anafóricos e por objetos nulos, como ocorre nos exemplos seguintes:

⁴⁴ Um outro uso tem sido encontrado no PB, a substituição do clítico acusativo pelo clítico dativo *lhe*, percebendo haver um processo de neutralização da oposição entre clíticos acusativos e clíticos dativos de 3ª pessoa gramatical, a favor dos primeiros, como se vê nas formas *lhe amo*, *lhe vi*.

(34) **Este relatório** foi arquivado sem eu ler **ø**.⁴⁵

(35) Preenchi **o formulário** e entreguei **ele** no protocolo.

Quanto à colocação dos clíticos acusativos, o PB vem apresentando peculiaridades que distinguem seu uso do PE. Galves (2000) observa que, no PB, os clíticos acusativos, quando usados com verbos em tempos compostos, fica adjungido ao verbo principal e não ao verbo auxiliar como ocorre no PE. Sentenças como *Não havia **me** falado* em vez de *Não **me** havia falado* são comuns no PB. O falante brasileiro, como pontua Galves, tem posicionado o pronome clítico junto ao verbo principal em posição proclítica, desconsiderando a presença de advérbios, enquanto palavras de atração, assim como um dito empobrecimento fonético dos clíticos que os impede de iniciar sentenças no PE. Daí formas como ***Me** avisou* serem comuns no PB. Galves destaca, ainda, que advérbios são usados entre o auxiliar e o clítico no PB, *Fiquei sempre **te** esperando*, o que corrobora a evidência de que este, na estrutura Aux-Clítico-V, apresenta-se posicionado junto ao verbo que lhe atribui papel temático. Os exemplos abaixo, extraídos de dados do NURC – Norma Urbana Culta, mostram como o PB vem apresentando um caráter essencialmente proclítico.

(36) Aí você **me** pegou. (SP)

A salada **se** resume a alface e tomate. (RE)

(37) Todos podiam, em termos industriais, **se** desenvolver (RJ).

(próclise ao verbo principal, embora haja palavras intercaladas entre Aux e V)

(38) Agora não tinha **me** lembrado. (PA)

(próclise ao verbo principal, ainda que havendo palavra atrativa)

Em suma, constatamos que, no PB, os clíticos são preferencialmente proclíticos ao verbo que lhes atribui *papel temático*. Devemos, todavia, observar que há uma tendência à ênclise, quando o clítico acusativo é de 3^a pessoa e o verbo se apresenta no infinitivo. Nesse caso, o pronome clítico ganha uma realização como pronome fraco na língua oral do PB. Em formas como *Queria vê-lo* e *Queria ver **ele*** podemos identificar

⁴⁵ Na língua falada, o objeto nulo aparece claramente como a estratégia favorita para substituir o clítico objeto. Essa variável vem se instalando em todos os grupos de falantes do PB.

o aspecto de sintaxe pronominal brasileira que mais vem chamando atenção, por ser um fenômeno que distingue claramente o PB do PE, assim como das outras línguas românicas. Segundo Galves (2001), o PB apresenta um caso raro de paradigma pronominal, em que os objetos diretos de 1ª e de 2ª pessoa são clíticos (*me*, *te*) e o de 3ª pessoa é um pronome fraco (*ele*). Para Kato & Raposo (1999, 2000), o PB faria sempre uma opção por um DP nulo objeto e os pronomes fracos *ele/ela* constituiriam duplicações do mesmo. Kato (1993, 1994 b) propõe que o desgaste por que vem passando o sistema de clíticos apresenta-se como consequência da mudança de parâmetro de colocação de ênclise para próclise, tanto no acusativo como no dativo, e que a próclise para os clíticos de 3ª pessoa não vem sendo realizada na fala do PB, em função de possíveis aglutinações entre a forma pronominal e a sílaba inicial não acentuada de determinados verbos, como ocorreria em *Ele a amou*. Tais aspectos explicam também porque formas como *Eu o vi* vêm sendo evitadas e produzidas como *Eu vi ele*, em que a junção entre a forma pronominal e o verbo corresponderia a outra ação verbal.

O pronome fraco, quando ocorre no PE, apresenta-se duplicando o clítico e normalmente vem acompanhado por preposição *a*, como ocorre em *Vi-o a ele*. Se o pronome fraco é usado no PE duplicando o clítico, podemos imaginar, assim como Kato, que o objeto nulo, preferido por falantes do PB, seja igualmente duplicado pelas formas pronominais fracas. É importante também considerar que pronomes fracos usualmente sofrem restrições de interpretação em diferentes línguas, ficando seu uso restrito a antecedentes com traço [+ animado]. Os clíticos, por sua vez, tendem a não sofrer restrições desse tipo. Em PB, o uso de pronomes fracos com caso acusativo em lugar de clíticos não obedece a essa restrição, de modo que tais pronomes, tal como os clíticos em outras línguas, podem ser usados em referência a seres animados e inanimados indiscriminadamente. Isso faz com que, no PB, uma sentença como *Deixei ele em casa*, tanto possa servir como resposta a uma pergunta com antecedente com traço [+ animado] ou não, como em *O que você fez com o João?* ou em *O que você fez com o livro?*, respectivamente. No PE, há restrição, isto é, o pronome fraco só pode ser usado quando o referente for animado e a coesão for exofórica, ou seja, “constituir informação nova”, apresentando-se sempre como uma duplicação do clítico. Kato e Raposo comentam também o fato de, no PB, um tópico sentencial poder ser recuperado por um objeto nulo ou por um pronome, como ocorre em sentenças como: *Diagnóstico do DEL eu só encontrei ø em Leonard* (1998) e *Diagnóstico do DEL eu só o encontrei*

em Leonard (1998). Este último, um deslocamento de clítico à esquerda, é também admitido nas demais línguas românicas, enquanto o objeto nulo não, sendo admitido apenas no PB. Observamos também que uma construção com pronome fraco é produzida com frequência na língua oral - *Diagnóstico do DEL eu só encontrei ele em Leonard (1998)*.

Como descrito acima, o PB apresenta um objeto nulo e um objeto pronominal, não produz clítico de 3ª pessoa na língua oral, admitindo um objeto nulo ou um pronome fraco acusativo e, nas locuções verbais, os clíticos de 1ª e de 2ª pessoas ocorrem imediatamente antes do verbo lexical não flexionado. A expressão pronominal de pessoas do discurso no acusativo será levantada nos dados de fala espontânea, a fim de verificarmos se há uma discrepância entre o tipo de realização do objeto e o tipo de realização do sujeito (nulo, pleno, nu, próprio) e a produtividade de sujeito e de objeto nulo.

2.4.3 Considerações finais

Foi visto que o quadro pronominal do PB tem sofrido uma redução, que concorre para a redução do paradigma flexional verbal, favorecendo o preenchimento do pronome-sujeito, optando o falante, dessa forma, pela realização pronominal plena. Dessa maneira, o PB estaria “caminhando” para deixar de ser uma língua genuinamente *pro-drop*. Verificamos, também, que os pronomes pessoais clíticos têm sido “abandonados” pelos falantes mais jovens, restringindo-se seu uso a textos escritos ou à fala influenciada pela escrita. A forma pronominal não-clítica, fraca, é usada com frequência no lugar daqueles, o que consubstancia, segundo visto, uma outra característica diferenciadora e identificadora do PB.

De acordo com a hipótese que norteia este trabalho, a criança, ao adquirir sua língua, delimita elementos de categorias funcionais e lexicais encontrados no fluxo da fala, identificando a expressão morfológica de *pessoa* na categoria funcional D(max)/pronominal e no afixo flexional do verbo (classes fechadas, delimitadas na interface fônica). A criança, durante a aquisição de sua língua, tem de reconhecer o *locus* da interpretabilidade do traço formal de *pessoa* na interface semântica, ou seja, terá de reconhecer que *pessoa* é interpretável em Dmax, ainda que o afixo flexional do verbo possa ser entendido como local desse traço em função dos resquícios que a língua

mantém de uma realização *pro-drop*, na qual o afixo verbal duplicaria o pronome nulo. No PB, como visto, em função do empobrecimento do paradigma flexional verbal, a criança extrai informação de *pessoa* de Dmax e só tem evidência de concordância morfológicamente expressa na 1ª pessoa. Assim sendo, a criança, ao compreender enunciados com sujeito nulo de 1ª pessoa, irá extrair informação referente a *pessoa* a partir do afixo flexional do verbo – seja como duplicador do sujeito, apresentando, desse modo traço interpretável de *pessoa*, seja como reflexo de concordância.